



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XV — N.º 55

CAPITAL FEDERAL

SABADO, 23 DE ABRIL DE 1960

SENADO FEDERAL

MESA

Presidente: João Goulart (Vice-Presidente da República).
Vice-Presidente: Senador Filinto Müller.
1.º Secretário: Senador Cunha Mello.
2.º Secretário: Senador Freitas Cavalcanti.
3.º Secretário: Senador Gilberto Marinho.
4.º Secretário: Senador Novaes Filho.
1.º Suplente: Senador Mathias Olympio.
2.º Suplente: Senador Heribaldo Vieira.

Comissão Diretora

Filinto Müller.
Cunha Mello.
Freitas Cavalcanti.
Gilberto Marinho.
Mathias Olympio.
Heribaldo Vieira.
Secretário: Luiz Nabuco (Diretor Geral da Secretaria).

LÍDERES E VICE-LÍDERES

Da Maioria

Jefferson de Aguiar.
Vice-Líderes:
Victorino Freire.
Moura Andrade.

Da Minoria

Líder: João Villasbôas.
Vice-Líder: Rui Palmeira.

Dos Partidos

DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder:

Vice-Líderes:
Victorino Freire.
Jefferson de Aguiar.
Moura Andrade.

DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder: Argemiro de Figueiredo.
Vice-Líderes:
Vivaldo Lima.
Saulo Ramos.
Barros Carvalho.

DA UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL

Líder: João Villasbôas.
Vice-Líder: Rui Palmeira.

DO PARTIDO LIBERTADOR

Líder: Octávio Mangabeira.
Vice-Líder: Novaes Filho.

DO PARTIDO REPUBLICANO

Líder: Atílio Vivacqua.

DO PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder: Jorge Maynard.

Comissões Permanentes

Comissão de Finanças

Gaspar Velloso — Presidente.
Vivaldo Lima — Vice-Presidente.
Ary Vianna.
Francisco Gallotti.
Victorino Freire.
Moura Andrade.
Paulo Fernandes.
Lima Guimarães.
Fausto Cabral.
Barros Carvalho.
Daniel Krieger.
Fernandes Távora.
Saulo Ramos.
Irineu Bornhausen.
Fernando Corrêa.
Dix-Huit Rosado.
Mem de Sá.

SUPLENTE

P.S.D.:

1. Menezes Pimentel.
2. Jefferson de Aguiar.
3. Ruy Carneiro.
4. Jarbas Maranhão.
5. Taciano de Mello.
6. Eugênio de Barros.

P.T.B.:

1. Leônidas Mello.
2. Calado de Castro.
3. Arlindo Rodrigues.
4. Zacarias de Assumpção.
5. Guido Mondim.

U.D.N.:

1. Milton Campos.
 2. Padre Calazans.
 3. Rui Palmeira.
 4. Coimbra Bueno.
 5. João Arruda.
- Secretário: Renato Chermont.
Reuniões: Terças-feiras, às quinze horas.

Comissão de Constituição e Justiça

Lourival Fontes — Presidente.
Daniel Krieger — Vice-Presidente.
Menezes Pimentel.
Benedicto Valladares.
Jefferson de Aguiar.
Ruy Carneiro.
Lima Guimarães.
Argemiro de Figueiredo.
Rui Palmeira.
Milton Campos.
Atílio Vivacqua.

SUPLENTE

P.S.D.:

1. Gaspar Velloso.
2. Jarbas Maranhão.
3. Francisco Gallotti.
4. Ary Vianna.

P.T.B.:

1. Mourão Vieira.
2. Barros Carvalho.
3. Calado de Castro.

U.D.N.:

1. Affonso Arinos.
 2. João Arruda.
 3. João Villasbôas.
- Secretária: Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva, Oficial Legislativo.

Comissão de Economia

Ary Vianna — Presidente.
Fernandes Távora — Vice-Presidente.
Lino de Mattos (*).
Lima Teixeira.
Alô Guimarães.
Taciano de Mello.
Leônidas de Mello.
Guido Mondim.
Joaquim Parente.

SUPLENTE

P.S.D.:

1. Eugênio Barros.
2. Jefferson de Aguiar.
3. Moura Andrade.

P.T.B.:

1. Argemiro de Figueiredo.
2. Fausto Cabral.
3. Souza Naves.

P.T.B.:

1. Lourival Fontes.

U.D.N.:

1. Reginaldo Fernandes.
 2. Fernando Corrêa.
- Secretária: Romilda Duarte.
Reuniões: Quintas-feiras, às 15.30 horas.

Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

Francisco Gallotti — Presidente.
Eugênio Barros.
Coimbra Bueno.
Taciano de Mello.

SUPLENTE

P.S.D.:

1. Ary Vianna.
2. Victorino Freire.
3. Paulo Fernandes.

P.T.B.:

1. Fausto Cabral.

U.D.N.:

1. Joaquim Parente.
- Secretário: Isnard Barros de Mello.
buquerque Mello, Oficial Legislativo.
Reuniões: Quartas-feiras, às 14.00 horas.

Comissão de Saúde Pública

Reginaldo Fernandes — Presidente.
Alô Guimarães — Vice-Presidente.
Pedro Ludovico.
Miguel Couto.
Fernando Corrêa.

SUPLENTE

P.S.D.:

- Taciano de Mello.
- Eugênio de Barros.

P.T.B.:

- Vivaldo Lima.

U.D.N.:

- Fernandes Távora.
 - Dix-Huit Rosado.
- Secretária: Alva Lúcio Rodrigues.
Oficial Legislativo.
Reuniões: Quintas-feiras, às 16.00 horas.

Comissão de Legislação Social

Lima Teixeira — Presidente.
Ruy Carneiro — Vice-Presidente.
Caiaido de Castro.
João Arruda.
Jefferson de Aguiar.
Menezes Pimentel.
Lino de Mattos.
Irineu Bornhausen.

SUPLENTE

P.S.D.:
1. Francisco Gallotti.
2. Ary Vianna.
3. Sebastião Archer.
P.T.B.:
1. Lourival Fontes.
2. Vivaldo Lima.
3. Miguel Couto.
U.D.N.:
1. Dix-Huit Rosado.
2. Padre Calazans.
Secretária: Eulália Chrockatt de Sá.
Reuniões: Quartas-feiras, às 16,30 horas.

Comissão de Redação

1. Mourão Vieira — Presidente.
2. Sebastião Archer — Vice-Presidente.
3. Afonso Arinos.
4. Ary Vianna.
5. Padre Calazans.

SUPLENTE

P.S.D.:
1. Menezes Pimentel.
2. Ruy Carneiro.
U.D.N.:
1. Daniel Krieger.
2. Joaquim Parente.
P.T.B.:
1. Lourival Fontes.
Secretária: Cecília de Rezende Martins.
Reuniões: Terças-feiras, às 15,00 horas.

Comissão de Relações Exteriores

Afonso Arinos — Presidente.
Benedicto Valadares — Vice-Presidente.
Gaspar Velloso.
Moura Andrade.
Lourival Fontes.
Miguel Couto.
Vivaldo Lima.
Rui Palmeira.
Mem de Sá.

SUPLENTE

P.S.D.:
1. Menezes Pimentel.
2. Jefferson de Aguiar.
3. Paulo Fernandes.
P.T.B.:
1. Lima Guimarães.
2. Argemiro de Figueiredo.
3. Mourão Vieira.
U.D.N.:
1. Milton Campos.
2. João Villasbôas.
P.L.:
1. Octávio Mangabeira.
Secretário: João Batista Castejon Blanco, Oficial Legislativo.
Reuniões: Quartas-feiras, às 16,00 horas.

Comissão de Segurança Nacional

Jefferson de Aguiar — Presidente.
Caiaido de Castro — Vice-Presidente.
Fernando Corrêa.
Jarbas Maranhão.
Jorge Maynard.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL
ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
MAURO MONTEIRO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
BRASILIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior				Exterior			
Semestre		Cr\$	50,00	Semestre		Cr\$	39,00
Ano		Cr\$	96,00	Ano		Cr\$	76,00
Exterior				Exterior			
Ano		Cr\$	136,00	Ano		Cr\$	108,00

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior				Exterior			
Semestre		Cr\$	39,00	Semestre		Cr\$	39,00
Ano		Cr\$	76,00	Ano		Cr\$	76,00
Exterior				Exterior			
Ano		Cr\$	108,00	Ano		Cr\$	108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,40 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Pedro Ludovico.
Zacarias de Assumpção.

SUPLENTE

P.S.D.:
1. Francisco Gallotti.
2. Ruy Carneiro.
3. Taciano de Mello.
P.T.B.:
1. Saulo Ramos.
2. Lima Teixeira.
Secretária: Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva, Oficial Legislativo.

Comissão de Serviço Público Civil

Daniel Krieger — Presidente.
Jarbas Maranhão — Vice-Presidente.
Ary Vianna.
Caiaido de Castro.
Arlindo Rodrigues.
Joaquim Parente.
Mem de Sá.

SUPLENTE

P.S.D.:
1. Ruy Carneiro.
2. Moura Andrade.
P.T.B.:
1. Leonidas Melo.
2. Zacharias Assumpção.
Secretária: Lia da Cunha Fortuna, Oficial Legislativo "M".
Reuniões: Sextas-feiras, às 16,00 horas.

Comissão de Educação e Cultura

Mourão Vieira — Presidente.
Padre Calazans — Vice-Presidente.
Jarbas Maranhão.
Paulo Fernandes.
Saulo Ramos.
Reginaldo Fernandes.
Mem de Sá.

Fernando Corrêa — Alô Guimarães.
— Gaspar Velloso — Saulo Ramos.
(42).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 42 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vaiser lida a ata.

O Sr. Freitas Cavalcanti, 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O SR. PRESIDENTE:

Não há expediente a ser lido. Tem a palavra o nobre Senador Alô Guimarães, que falará em nome do Partido Social Democrático.

O SR. ALÔ GUIMARÃES:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, tenho a grata satisfação de usar da palavra, nesta primeira sessão ordinária do Senado Federal em Brasília, para falar em meu nome e no nome do Partido Social Democrático, delegação que recebi desvanecido.

Apraz-me, neste instante, levar ao conhecimento dos meus nobres Pares e da Nação as emoções que tenho experimentado neste momento da nacionalidade, quando o Brasil se prepara para transformar sua História, criando uma nova fase da sua civilização política, econômica e social, com a instalação da Nova Capital.

Brasília era uma vontade, expressa no sentimento e no idealismo de antecessores nossos que se empenharam no trabalho de criar também um sentido de nacionalidade em nossa terra. Ela foi o sonho dos Inconfidentes; ela se constituiu na suprema aspiração dessa nobre figura da nossa vida política que foi José Bonifácio de Andrada e Silva.

Depois de vários testemunhos políticos da nossa história cívica, como na Constituinte de 1891, depois da manifestação provida daqueles que admiram nossa Pátria, notadamente os que decidem os problemas, todos eles homens de envergadura e categoria na vida política e militar do País, a desejar que se transferisse do litoral para o interior a Capital do nosso Brasil, só agora, por motivos que são do conhecimento do povo, um chefe do Poder Executivo, com alta experiência da vida pública, com bravura e envergadura de administrador, realizou o que prometera na campanha política, porque achava que isso representava uma necessidade na vida nacional. Resolveu transferir do Rio de Janeiro para o Planalto Central do Brasil, como assim achavam que deveria ser os nossos antecessores, a capital brasileira e o fez, Sr. Presidente, com a anuência das forças vivas da Nação, com a sua vontade férrea, com a sua energia, com a sua combatividade, mas também com o auxílio do povo, notadamente com as manifestações exressas do Congresso Nacional, principalmente do Senado da República.

Sr. Presidente, demos-lhe todas as leis necessárias para que se concretizasse, para que se tornasse realidade a instalação de Brasília. Foi, assim, em desempenho útil à Nação e à coletividade, que o Senado Federal se manifestou, por várias vezes, acudindo aos reclamos do Executivo, no sentido de dar os elementos necessários para se posicionar a grande realização: Brasília.

Sr. Presidente, não precisaria dar ao Senado e à Nação depoimento sobre o mérito da iniciativa ora concretizada. Brasília é uma revolução arquitetônica, urbanística, política, social e econômica, que há de levar o Brasil à sua destinação gloriosa. Brasília trouxe nos a emoção de um patriotismo inextinguível. No dia da sua

ATA DA 41ª SESSÃO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 4ª LEGISLATURA, EM 22 DE ABRIL DE 1960.

EXTRAORDINÁRIA ÀS 10,30 HORAS
PRESIDÊNCIA DO SR. FILINTO MÜLLER

As 10 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Mourão Vieira — Cunha Mello — Paulo Fender — Lobão da Silveira — Victorino Freire — Sebastião Archer — Eugênio Barros — Leonidas Melo — Mathias Olympio — Joaquim Parente — Fausto Cabral — Fernandes Távora — Menezes Pimentel — Reginaldo Fernandes — Dix-Huit Rosado — Argemiro de Figueiredo — João Arruda — Ruy Carneiro — Norões Filho — Jarbas Maranhão — Barros Carvalho — Freitas Cavalcanti — Silvestre Pérciles — Jorge Maynard — Heribaldo Vieira — Ovídio Teixeira — Lima Teixeira — Atílio Vivacqua — Ary Vianna — Paulo Fernandes — Arlindo Rodrigues — Miguel Couto — Lima Guimarães — Moura Andrade — Lino de Mattos — Coimbra Bueno — Taciano de Mello — Filinto Müller —

instalação, não sentimos apenas a emoção do júbilo, da satisfação, do entusiasmo; fomos dominados por essa emoção da assombro, de deslumbramento e, notadamente, de patriotismo, naquela hora em que nossos corações pulsaram e em que vimos concretizar-se um sonho. O espetáculo foi o de um povo que se ergue para futuro promissor; a missa celebrada por Sua Eminência o Cardeal Cerejeira; os sinos repicando, aqueles mesmos que anunciaram o sacramento de Tiradentes; a Cruz, a mesma Cruz de Cabral, de quando se celebrou a primeira missa do descobrimento; a oração Santificada do Papa João XXIII. Tudo isto naquele ambiente pomposo, deslumbrante, tocando a alma da nacionalidade e dos que constituem os porta-vozes do Brasil. Está concretizado o velho sonho dos nossos antepassados, pela bravura de um governante que pode encontrar, no País, a solução de problemas futuros.

Sr. Presidente, Brasília é uma realidade, graças à notável conduta desse homem público que se chama Israel Pinheiro, o qual, à frente da NOVACAP, teve, realmente, a ajuda da ciência brasileira, e daqueles outros, que foram dedicados auxiliares, como Lúcio Costa, urbanista de alta envergadura, que traçou o nível de uma cidade do futuro, e Oscar Niemeyer, que nos deu esta arquitetura avançada, funcional, cheia de luzes, de cores e de aspectos novos, que realizaram, sem dúvida, o sentido da formação de melhor brasilidade.

Sr. Presidente, quero dizer, aqui, à Nação, que, se se encontrou motivo para, nesta oportunidade, achar ainda imperfeita a Capital do Brasil, continuo a pensar que esta cidade não está realmente acabada. Estão preparados os marcos, no sentido das suas origens gloriosas, mas ainda não de se plantar novas iniciativas governamentais e privadas, a fim de dotarmos Brasília daquilo de que ainda precisa: o conforto e a beleza necessários a todos os órgãos nela instalados, em testemunho de nosso avanço no espaço e no tempo. Brasília, Sr. Presidente, há de realizar o sonho dos brasileiros, há de criar um sentido novo na nossa libertação política, na nossa redenção econômica e financeira, porque trará a integração das forças vivas da Pátria e criará uma unidade no Brasil, dando-se as mãos Norte e Sul, socorrendo-se os irmãos, para implantar uma civilização orgulho do País.

Sr. Presidente, nesta oportunidade, no primeiro dia em que, no Senado, uso a tribuna, nesta nova Casa, digo à Nação que me congratulo, com suas forças políticas, sociais e econômicas, pelo novo evento — a fundação de Brasília. Deixo o testemunho da minha admiração, também, a este bravo Presidente da República, Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, que, realmente, no seu Governo, encetou a batalha da criação de Brasília — Brasília, nosso sonho: Brasília, futuro e destinação do Brasil. *(Muito bem! Palmas prolongadas)*.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra, o nobre Senador Argemiro de Figueiredo, que falará em nome do Partido Trabalhista Brasileiro.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, como anunciou V. Ex.^a, não fui apenas em meu nome pessoal, mas também no do meu Partido, o Partido Trabalhista Brasileiro, nesta hora verdadeiramente histórica da vida do Brasil. Jamais tive tanto orgulho de ser brasileiro, pois vejo e sinto que ainda temos, nos quadros da vida pública nacional, homens da capacidade do atual Presidente da República, que dou à Nação,

pelo seu esforço, pela sua inteligência, pela sua capacidade e — poderíamos mesmo dizer — pela sua obstinação, esta bela cidade que já é sua Capital.

Tenho orgulho, outrossim, de ser nordestino, pois, ainda há poucos minutos, fizera-me ver que, nesta legião extraordinária de "candangos", há cerca de 90% da gente nordestina, da gente da minha região, sofrida, batida pela calamidade das secas e pelo flagelo das inundações.

Não quero, entretanto, perder o sentido do meu discurso. Tenho escritas minhas palavras. Elas:

Chegamos a Brasília — a nova Capital da União. Por incrível que pareça, estamos ocupando as nossas cadeiras nesta sede nova do Senado da República dos Estados Unidos do Brasil. Não subimos o planalto goiano como pioneiros, desbravando matas virgens e abrindo clareiras no cerrado para instalação improvisada de nossas tendas de trabalho. Não chegamos aqui como os bandeirantes do Século XVII, com os pés sangrando de espinhos e abatidos pela canseira das longas caminhadas. Partimos da costa para o sertão. Penetramos o coração do Brasil. Estradas livres e abertas. Por elas, milhares de veículos modernos e rápidos. Pelo ar, centenas de aviões cruzando o espaço. Assim foi o nosso acesso a esta terra, onde teremos de ficar.

Que sacrifícios nos custaram esses passos? Que sofrimentos nos impuseram? Onde estamos e o que vamos fazer? Onde iremos abrigar as nossas espigas e os nossos filhos? Como resistir e enfrentar os perigos, se nos deixam às fronteiras de núcleos indígenas, em região deserta? Os riscos da fauna? As cobras? As onças enraivecidas e famintas? Como iríamos subsistir, sem condições de vida e de conforto? Sem água; sem luz; sem energia; sem esgoto; sem hospitais; sem médicos; sem escolas; sem justiça; sem administração; sem governo; sem ordem jurídica; sem ordem social?

Ah! Sr. Presidente, se as dúvidas, as apreensões, a descrença e os temores que se encerram no bojo dessas interrogações tivessem razoável procedência, eu estou certo de que este Plenário levantar-se-ia como um só homem, intangível como os resolutos, firme como os heróis, para dizer aos céus, em pleno coração das selvas: Sim, tudo nos falta; mas, nos sobra, bem vivo, transbordante e apaixonado, o amor à terra dos nossos maiores; a nossa terra; o amor ao Brasil engrandecido e glorificado, no esforço, na inteligência, no sacrifício, na bravura e no sangue daqueles que o soergueram à categoria de uma grande nação; mas, o que nós encontramos aqui é a terra desbravada; mais do que desbravada, porque é a terra povoada. É uma cidade moderna e original que teria desido das alturas pela mão de Deus para se plantar na terra deserta. Aqui está edificada, em suas linhas fundamentais e planificada para os processos de vertiginosa expansão, a mais singular e artística de todas as capitais do mundo. Já agora pouco nos falta, no sentido do conforto específico das grandes civilizações. Não nos convocaram para os sacrifícios patrióticos. Os pioneiros já passaram. Por aqui já passou o grande bandeirante. O que era isso, só ele pode dizer. Contam que a pequena distância daqui há uma casa tósca, construída de tábuas, dentro da vegetação encarquilhada. Fora a primeira lançada pela mão do homem. Sabiam quem iria ocupá-la e lhe deram ironicamente o nome de "Catequino". Essa casa guarda o segredo de um turbilhão de pensamentos generosos. Guarda o murmúrio de preces fervorosas em noites de vigília. Guarda a história de energias consumidas. Guarda o conflito entre as leis da bruta destinação, animada pela força do fogo e as canseiras do navegante em dias de tempestade. Guarda o sofrimento dos heróis incompreendidos. As amar-

guras dos injuriados. Nada ficou para nós — dessas emoções dramáticas. O bandeirante chamou a si a missão de enfrentar o deserto, vencer a melancolia da região e todo o impacto das horas cruéis. Preservou-nos do sofrimento, e quis sofrer sozinho. Agora a terra povoada. A cidade monumental erguida em linhas impressionantes, de original beleza arquitetônica. Uma grande civilização plantada no coração do Brasil. Nós saudamos com emoção profunda o bandeirante singular e generoso que reservou para si todas as provações da caminhada heróica e agora partilha conosco as glórias imperecíveis da vitória. Saudamos com efusão esse bandeirante, Juscelino Kubitschek, o realizador dos ideais dos inconfidentes mineiros; das profecias encantadoras de Dom Bosco; dos sonhos do Patriarca José Bonifácio; do pensamento dos constituintes de 1891 e de 1945.

Saudamos o homem que libertou a capital da União, prisioneira entre as serras e o mar. O homem que assombrou a Nação, mobilizando de um golpe as energias criadoras de um grande povo. Revolucionando os métodos rotineiros da administração. Emitindo para produzir. Transformando os males da inflação nessa euforia invencível de progresso e bem-estar coletivo. Arrancando o Brasil do abismo, onde se sepultam as nações vencidas e decadentes e dando-lhe o vigor necessário à segurança dos seus grandes destinos. Enfrentando e resolvendo problemas seculares. Rasgando estradas em todas as direções e através de matas virgens, por onde a civilização e o progresso irão passar, criando e vitalizando núcleos humanos desinteressados da unidade social da Pátria. Dando o amparo de sua mão forte ao Nordeste, castigado pelo flagelo das secas e pela catástrofe das inundações. Abreilhando as ferrovias e modernizando os transportes marítimos. Ampliando o nosso parque siderúrgico. Desenvolvendo a energia elétrica. Criando a indústria automobilística. Intensificando a produção do petróleo. Construindo as barragens de Furnas e Três Marias. Libertando o País das influências colonizadoras.

Saudamos, Sr. Presidente, o homem que serviu aos ideais nacionalistas e vai conduzindo esta Nação aos rumos inevitáveis de sua emancipação econômica. Pouco importa que essa atuação inédita de empreendimentos gigantes, que vão enriquecer a Nação, agrave o surto inflacionário e o desequilíbrio orçamentário, sempre registrado nas administrações anteriores. Ninguém desconhece o vulto de nossas emissões. Ninguém poderá negar que a moeda muito perdeu nas virtudes do seu poder aquisitivo. Mas nós estamos certos, saibam os mais pessimistas e saibam os povos estrangeiros, que ora nos honram e desvanecem com as suas ilustres representações, estamos certos de que constituímos um povo consciente dos seus destinos. Os nossos males são passageiros. Amanhã, as grandes riquezas que se fomentaram; as novas indústrias que se criam o desenvolvimento da economia; o incremento da produção, terão necessariamente de valorizar o meio circulante, redimindo o povo dos males da inflação.

Não realizamos uma obra de aventureiros. A nossa obra é de reconstrução nacional. Sem anular a iniciativa privada, compreendemos que o Estado tem a missão de supri-la ou substituí-la em suas deficiências e omissões. A mesma revolução que desencadeamos já embolgou velhas e cultas nações do mundo. O sistema das planificações econômicas inspirado no imperativo da reconstrução da terra arrasada pelas grandes guerras, deu um novo sentido à Ciência das Finanças e ceifou a concepção clássica do equilíbrio orçamentário. O pensamento dominante é menos o de ordem financeira do que o de natureza econômica.

O Estado moderno passou a ser, como dizem, instrumento da ação dos homens. Os grandes investimentos de reconstrução nacional superam a força das iniciativas individuais. É o Estado que tem de enfrentá-los. Entre nós, as ideias nacionais impulsivaram o governo e revolucionaram a administração. Tivemos que decidir entre a estagnação e o dinamismo redentor. Entre o marasmo dos processos governamentais, tímidos e aferrados a uma ordem financeira superada, medíocre, e a luta por uma situação econômica vitalizada e pujante. O primeiro caminho seria a fuga aos problemas errandantes da nacionalidade — encerrando, entretanto, as virtudes clássicas do bom comportamento, do Estado, no ângulo de suas finanças. O segundo seria a mobilização revolucionária de todas as forças construtivas da Nação, em busca de sua restauração econômica, com o pecado de violar as regras clássicas da Ciência Financeira! Optamos pela solução do dinamismo. Encaramos as necessidades do povo, equacionamos os seus problemas maiores e a todos vamos dando a solução adequada. Que seria deste País se não fossemos ruins diversos? Que povo seríamos nós se a inércia dominasse o governo, nesta etapa histórica de grandes transformações sociais e econômicas?

Se a cada interrogação, exprimindo um ansio de progresso ou um imperativo de bem-estar coletivo, fôssemos respondendo melancolicamente: impossível, as finanças não comportam. Seria a filosofia da decadência; a passividade da morte.

Desajudados na tarefa cíclica, recorremos às nossas próprias forças. Emitimos, emitimos muito. Mas o papel circulante, no caso, é riqueza criada. Ele está reconstruindo a nação. Está no petróleo, na siderurgia, na energia elétrica, nas estradas, nas barragens, nas indústrias, nos transportes, na assistência social, na higiene, na educação, nos edifícios; está aqui; está em Brasília, a bela jovem Capital da União. Sim, está em Brasília, a outim não poderão negar a mais transcendente importância política, social e econômica. Ela estreitará os vínculos da Federação; colocará o governo ao alcance de todo o país; distribuirá a administração com equidade; fortalecerá os vínculos da unidade nacional e dará estímulo às forças de nossa emancipação econômica.

Sr. Presidente — Saudamos a Lei e a jovem Capital, nesta hora em que a de confraternização de todos os brasileiros. Perguntem a Deus que a abençoem. Perguntem aos homens que a carreguem. Era o que tinha a dizer. *(Muito bem! Palmas prolongadas)*. O orador é plenamente cumprimentado.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Heriberto Vieira, que falará em nome da União Democrática Nacional.

O SR. HERIBERTO VIEIRA:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, estando presente o Líder do meu Partido, o nobre Senador João Vilela, recebi, neste momento, dele a missão da União Democrática Nacional, para que, em seu nome, fizesse a primeira sessão de instalação do Senado na nova Capital.

Recebi essa incumbência com certa perplexidade. A linha do meu Partido foi traçada em certo rumo e o momento exige que dele não nos afastemos; porque é o sentido construtivo de não nos opormos desinteressadamente às obras do Governo, mas o de levarmos a ele novo rumo, quando necessário, e de fazermos os devidos reparos, para que ele não se perca na confusão e saiba escolher suas verdadeiras linhas, por onde deve transitar a administração do País, de maneira que o eleitor não se perca na confusão e saiba escolher as nuvens bonançosas da validade,

No meu Partido, ninguém se opôs, jamais, à mudança da Capital. Todos sempre consideramos que, em se plantando a nova sede do Governo no Planalto Central, criava-se um núcleo de irradiação social e econômica para o desenvolvimento do País. Sempre fizemos reparos ao Governo, a respeito da mudança para Brasília, no sentido de auxiliá-lo para cooperar com o pioneirismo de todos os brasileiros que desejavam interiorizar a Capital do País. Hoje, que aqui está fundada a nova Capital dos Estados Unidos do Brasil, contemplamos essa obra surpreendente e maravilhosa, que se encontra diante dos olhos de todos nós, com suas linhas arquitetônicas ousadas compondo plano urbanístico talvez incomparável em todo o mundo.

Entusiasmamo-nos com tudo isso, mas a União Democrática Nacional não bate palmas somente ao Governo por essa construção; bate palmas ao povo que, nas suas carnes, lancinantemente, sofreu a fome e sofreu a miséria, para que se pudesse construir Brasília no ritmo acelerado que hoje culmina com essa inauguração magnífica, a que assistimos todos nós, representantes do povo e cidadãos, que para aqui vieram edificar Brasília. A grande homenagem da União Democrática Nacional, neste momento, cabe ao povo, que tanto sofreu para que a nova Capital se erguesse.

A inauguração de Brasília, no dia 21 de abril, tem significação histórica importante, pois nela Tiradentes foi enforcado, tendo sido seu corpo esfacelado pelas ruas, morrendo pela liberdade, pela independência do País. Agora, Brasília se constrói, com o povo sofrendo, faminto e com suas carnes dilaceradas por martírios indizíveis, representado por Tiradentes, reproduzindo a História, e marcando a coragem e decisão dos brasileiros para as grandes arrancadas no sentido de sua emancipação econômica e social.

A União Democrática Nacional, neste momento, através da palavra de seus representantes nesta Casa, dá sua opinião sobre a construção de Brasília e confia em que, daqui, este mesmo povo que enfrentou toda sorte de sacrifícios para construir a Nova Capital partirá por todo o Interior do Brasil, plantando cidades em meio às selvas, plantando civilizações no meio da mata virgem, para que a interlândia brasileira floresça, prospere. O caboclo que construiu Brasília construirá o Brasil de amanhã! (Muito bem! Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Novaes Filho, que falará em nome do Partido Libertador.

O SR. NOVAES FILHO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, trago, nesta hora, a palavra do Partido Libertador, porque, em verdade, as discordâncias, os pontos de vista sustentados pelas agremiações partidárias e a posição em que se colocaram vários parlamentares em face do problema da transferência da Capital, em nada alteraram — e não poderiam alterar — a solidariedade do Congresso Nacional à transplantação da nova sede do Governo, para o Planalto Central, ideia verdadeiramente do Poder Legislativo, desde 1891, quando esse preceito foi estabelecido na primeira Carta Magna da República. E o Senado Federal, neste instante, assume posição de sentido, para render preito de justiça àquele a quem se deve, sob todos os títulos, o maior trabalho e a maior ação, a fim de que, na Carta política de 1891, se consulasse o preceito da mudança da Capital: a figura bem brasileira do eminente Senador Lauro Müller.

Nas Constituintes subsequentes e na última Assembleia Nacional Constituinte de 1946, o Parlamento brasileiro não fugiu à sua vocação his-

tórica de servir à nacionalidade, arrancando a sede do Governo da República das areias alvas e belas do Atlântico para a terra vermelha do Planalto Central do Brasil.

No devido momento em que falô da tribuna do Senado da República, na nova Capital de minha Pátria, volto meu pensamento para as terras distantes dos Guararapes e envio meu coração agradecido ao povo de Pernambuco, pelo extraordinário bem que me fez, reelegendo-me seu representante e fazendo-me membro desta Casa na nova cidade de Brasília. Ao fazê-lo, devo declarar que Pernambuco sempre foi mudancista, com seu povo adiantado nas ideias e no servir à nacionalidade, que nos primórdios de 1700 já convocava o Brasil inteiro para a marcha republicana, pela voz extraordinária de Vieira de Melo, no velho Senado de Olinda; povo das grandes arrancadas de 1817, 1824 e 1848; povo que não mediu sacrifícios e deu a vida e o sangue em prol dos grandes ideais da nacionalidade. E hoje senti no meu coração o alvorço da minha terra ante esta bela realidade: o Brasil caminhou mais de 1.200 quilômetros para o centro da Pátria, em direção ao Nordeste e ao extremo Norte.

Nós, do Parlamento Nacional, responsáveis pela transferência da Capital, nós, do Parlamento Nacional, que, em três Assembleias Nacionais Constituintes, mantivemos esse preceito, devemos ser gratos, nesta hora, ao eminente Sr. Presidente Juscelino Kubitschek, que, com tanta audácia, arrôjo e determinação, tornou realidade aquele velho sonho consubstanciado no dispositivo da Carta Magna, sem dúvida, um dos maiores serviços prestados ao Brasil pelos constituintes que representaram, no Parlamento, a vontade e as aspirações do povo do Brasil.

Sr. Presidente, grande é minha emoção ao ocupar a tribuna do Senado Federal, na cidade de Brasília, situada no coração de minha Pátria, prevendo que a caminhada, daqui por diante, será bem mais fácil, porque bem mais fácil será a distribuição dos favores da assistência, da proteção e do amparo governamentais a todas as populações do Brasil. Nosso País, certamente, há de irradiar-se de Brasília, com alto sentido de justiça, sem preterições e sem preferências. Tal foi sempre, sem dúvida, a grande esperança da nacionalidade, e devemos confiar em que o futuro não há de trazer delusões ao nosso povo, em sua árdua caminhada para a mudança da sede do Governo, de tantos sacrifícios e de tantos esforços.

Com essas palavras, Sr. Presidente, congratulo-me com a Nação pelo acontecimento histórico que hoje aqui nos reúne, na certeza de que este trabalho, sejam quais forem suas falhas e erros, há de ser dotado, necessariamente, de alta objetividade para o futuro da Nação Brasileira. (Muito bem! Muito bem! Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Atílio Vivacqua, que falará em nome do Partido Republicano.

O SR. ATÍLIO VIVACQUA:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente. É sob o sentimento da maior responsabilidade, que encetamos no Planalto Central as tarefas do Senado, o que vale dizer, do Congresso Nacional. A esta augusta Casa, como Fórum da Federação, incumbe, ao lado de sua missão legislativa, a representação da igualdade federativa, tão desvirtuada ou violada na prática do regime. A realização dessa igualdade é uma das razões fundamentais da localização da sede do governo da República no coração geográfico do país. As tradições que trouxemos do Monroe estão, aqui, acrescidas de

maiores deveres impostos ao nosso mandato popular.

Sr. Presidente, a Humanidade, desde ontem, volta a sua emoção e o seu pensamento para a nossa Pátria, associando-se numa apoteose de simpatia, de admiração e de esperança, às comemorações da inauguração da nova Capital da União. O marco sangrento e sacro-santo da construção da nossa Independência, a gloriosa data de 21 de abril, alteia-se, perante o mundo, também como marco luminoso da era de Brasília, a anunciar sob as bênçãos do Santo Pontífice um novo e transcendente capítulo do nosso desenvolvimento econômico, e da própria civilização. A Nação, orgulhosa e reconhecida, envolve na homenagem Universal que ela recebe o nome do Presidente Juscelino Kubitschek, estadista que, enfrentando a descrença, dirigiu, animou e impulsionou o ciclo empreendimento da edificação de Brasília, bem como os nomes de todos aqueles que no passado e no presente, contribuíram com a sua antevisão política, seu entusiasmo, seus labores e sua fervorosa perseverança, para a realização desse empreendimento revolucionário. A ideia da interiorização da Capital, que repontou no idealismo dos Inconfidentes, preconizada por José Bonifácio, amadurecida na convicção de homens públicos e pensadores do Império, constitui, porém uma decisão da República, que a consagrou no Estatuto Político de 1891 e foi ratificada pelas Constituições de 1934 e 1946. O primeiro e grande passo para o cumprimento do postulado da Magna Carta de 1891 foi a nomeação feita pelo Marechal Floriano Peixoto, da Comissão Exploradora do Planalto Central, chefiada pelo cientista Luiz Cruls, que conforme o seu notável Relatório de Demarcação, de 1º de dezembro de 1894, selecionou o quadrilátero em que hoje se localiza a nova Capital, o Retângulo Cruls. Ele bem merece a mais alta reverência da gratidão nacional. O problema jamais deixou de ser objeto do maior interesse dos estudiosos do assunto e dos legisladores. Ao Presidente Eurico Dutra cabe especial reconhecimento pelo empenho com que deu cabal atendimento ao preceito do art. 4º do Ato das Disposições Transitórias da Constituição de 1946, nomeando a Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital do Brasil, presidida pelo General Djalma Polli Coelho, integrada pelo nosso eminente colega, Senador Jerônimo Coimbra Bueno, um dos mais ardorosos e perseverantes paladinos da campanha mudancista. O importantíssimo trabalho dessa Comissão manteve a escolha do Retângulo Cruls, e em seguida enviava o Presidente Dutra, ao Congresso Nacional, a memorável Mensagem de Corumbá. Seguiu-se a Lei nº 1.303 de 1956, que autorizou o Poder Executivo a realizar estudos definitivos necessários à localização da nova Capital na região do Planalto Central. Subseqüentemente foi expedido o Decreto criando a Comissão de Localização da nova Capital, presidida, sucessivamente, pelo General Aginaldo Caiado de Castro, nosso ilustre colega, e pelo saudoso Marechal José Pessoa. Vemos que as nossas Forças Armadas, através dos seus expoentes, estão vinculadas, desde o advento da República, à ideia da transferência da Capital.

A verdade, que a História não podemos deixar de proclamar, é que essa ideia, apesar de amadurecida de há muito, somente assumiu substância popular, e ressonância mundial, depois que o Presidente Juscelino Kubitschek a incarnou, com fervor patriótico, com indomável arrojo, com férrea tenacidade, desafiando, através da mais árdua batalha de um estadista, o ceticismo e o negativismo

de poderosas correntes de incompreensão. Mas, não teria podido empreender essa arrancada e alcançar a glória da construção de Brasília se não tivesse compreendido que era chegada a oportunidade histórica para essa obra e esse acontecimento, e se não tivesse acreditado plenamente nas imensas possibilidades de nosso país e na capacidade de nossa gente para esse cometimento máximo. A sua inabalável determinação resultou, assim, de um ato de confiança na preparação do Brasil para os empreendimentos mais difíceis e mais arrojados do progresso. Com essa confiança, ele convocou e mobilizou no Planalto Central os valores da Nação de todos os setores: públicos e particulares, o urbanista, o arquiteto, o engenheiro, o sanitarista, o higienista, o médico, o administrador, o servidor estatal, o operário, o avião, e ao lado de outros inúmeros legiões do trabalho que cooperaram para o milagre de Brasília. E cabe nestes momentos de consagração assinalar a admirável capacidade das nossas empresas de construção civil e rodoviária, de nosso parque de materiais primas, de nossa indústria siderúrgica e de outras indústrias, bem como a capacidade dos nossos Departamentos administrativos. Finalmente, vemos esses valores a que me referi, e nos quais tanto confiou o Presidente Juscelino Kubitschek reunidos na administração da Novacap, a cuja frente esteve o ilustre patriota o Dr. Israel Pinheiro, a quem o país deve os ingentes e inestimáveis serviços da edificação da nova Capital. Não esqueçamos que o povo aceitou civicamente os pesados encargos financeiros.

As falhas e imperfeições inevitáveis nessa obra gigantesca e portentosa, terão de ser compreendidas e mesmo supridas por nossa boa vontade e por nosso espírito patriótico.

Sr. Presidente, não deveria repetir aqui ou ressaltar o papel que Brasília representa como instrumento de valorização das regiões interiores do nosso país, de aculturação, de unificação nacional, e de órgão de criação de um mercado interno para uma economia continental.

Brasília terá de continuar e completar a missão da nossa Capital Atlântica, a maravilhosa, culta, e democrática Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, a cuja nobre e altiva população que tão bem representa o povo brasileiro, dirigimos nossa afetuosa saudação.

Números e complexos problemas de ordem política e legislativa desafiam o Congresso Nacional na ordem interna e externa, esta tão brilhantemente assinalada pela lúcida e corajosa iniciativa da Operação Pan-americana. Se o programa de industrialização que o governo atual elaborou e está executando é uma garantia de nossa emancipação econômica e da própria defesa nacional, não é menos certo que se torna vital a realização urgente dos princípios de uma verdadeira política ruralista, sem a qual não será possível o aproveitamento e a colonização do enorme vazio do Brasil Central, aproveitamento e colonização que constituem objetivos básicos do papel de Brasília.

Para o Planalto Central transplantamos o centro de nossas instituições, que devem florescer, na sua pureza em Brasília. A missão da nova Capital falhará, se não a iluminar e animar um sincero e vigoroso espírito público dos homens do Parlamento e do Poder Executivo, sob o fulgor de uma Justiça sábia e proba. Devemos retificar diretrizes e atitudes e fazer um ato de sincera contrição. Coloquemo-nos acima dos Partidos, quando estiver em jogo o interesse nacional, em que neste altiplano não sejam eles grilhões de políticos submissos e tampouco abrigos sombrios e pretensões e ambições

personais. Novos e relevantes deveres lhes incumbem na sua função democrática e moralizadora. Rendo a mais cordial e calorosa homenagem de reconhecimento e de admiração à digna, laboriosa e ousada população de Brasília pelos esforços e sacrifícios com que ela, impulsionada pelo seu ânimo pioneiro, contribuiu para a construção da nova Capital, que tanto nos engrandece perante o mundo. Congratulo-me com o nobre e progressista povo goiano pela realização do ideal que ele tanto acalentou, da localização da sede do governo no seu rico território, marcado pela epopéia dos bandeirantes.

Invoquemos o espírito de Brasília, mas o espírito de Brasília fundido no cadinho da moralidade cívica e do patriotismo. *(Muito bem! Palmas)*.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Jorge Maynard, que falará em nome do Partido Social Progressista.

O SR. JORGE MAYNARD:

(Lê o seguinte discurso) Sr. Presidente, a História do Brasil foi ontem enriquecida de mais um memorável evento, qual seja a inauguração da nova Capital da República.

O povo brasileiro, disseminado por todos os quadrantes da Pátria, está com o seu pensamento voltado para esta cidade, onde se realizam importantes festejos.

Quero juntar a minha voz, em nome do Partido que represento no Senado Federal, à voz dos ilustres senadores que saudam o notável acontecimento que abre oficialmente ao Brasil o seu enorme e esquecido mundo do Oeste, onde vastas e ricas áreas estão ainda por desbravar e conquistar.

Não falo apenas como político que se honra de representar o seu Estado natal nesta Casa do Congresso; falo também como engenheiro. E como engenheiro, afigura-se-me um prodígio o que hoje comemoramos. Um povo que em tão pouco tempo ergue no deserto uma cidade como Brasília, e capaz de ainda mais depressa transformar este deserto em forte permanente de riquezas e cenário de atividades criadoras. Já se anunciavam, Sr. Presidente, os sinais dessa transfiguração. O Planalto Central não é mais uma abstração geográfica, senão uma parte viva do corpo político-social e econômico do País, abrigando de agora em diante o seu coração administrativo.

Esta é uma data histórica da reconquista do Brasil por si mesmo. Não que deixemos de reconhecer a nossa dívida para com a civilização que há quatro séculos implantamos no litoral. A História nos ensina como se expandiu essa civilização e contamos os sacrifícios que os nossos antepassados tiveram para a ocupação da terra; ela nos oferece completas e numerosas provas de como o nosso povo sempre esteve à altura do grande cometido. Foi graças à força centrífuga do desenvolvimento litorâneo que podemos projetar e construir Brasília. Ai está, Sr. Presidente, a cidade magnífica prevista na Constituição da República e sonhada por gerações de brasileiros. A alguns ela poderá parecer demasiado aparatosa, quando na verdade foi concebida e levantada segundo os princípios do bom gosto e da mais rigorosa funcionalidade urbanística. Cidade que reflete a grandeza do nosso futuro, erguida já com os traços e as cores do porvir. Do mesmo modo que o Brasil, nasce Brasília à sombra da Santa Cruz e sob sua proteção há de viver através dos séculos.

Tenho a satisfação de registrar aqui também a nossa homenagem ao Presidente Juscelino Kubitschek, o gran-

de impulsionador deste transcendente acontecimento.

Saudemos Brasília nos seus primeiros dias de Capital da República, e como indelével marco de uma nova e radiosa era que se abre para a grande Nação Brasileira.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Taciano de Mello, que falará como representante do Estado de Goiás.

O SR. TACIANO DE MELLO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, não sei como começar este meu primeiro discurso em Brasília, dado a emoção que me domina como representante do Estado de Goiás e Presidente da Constituinte Estadual de 1947, que viu introduzido, na Carta Magna do seu Estado, o dispositivo que passaria à União o território onde seria construída a nova Capital do País.

Com o coração cheio de alegria, quero humildemente agradecer à Nação, por intermédio dos seus Representantes no Senado e na Câmara dos Deputados, o apoio que deram à ideia, sem olhar para quaisquer distinções partidárias, com o que contribuíram de maneira brilhante e decisiva para a efetivação das medidas que ora colocam a Capital no coração do País.

Como modesto representante do povo goiano, tenho de afirmar que nosso sentimento de gratidão é incensurável, é intraduzível.

Srs. Senadores, ninguém, tanto nesta como na outra Casa do Congresso, pode dar-se ao luxo de reivindicar a exclusividade da defesa desta ideia. Dentro do coração de cada Senador e de cada Deputado pulsava o fremente e incontido desejo de trazer para o coração do Brasil a nossa Capital. Alguns divergiam em pequenos senões. Todos eram sinceros, entretanto, na sua manifestação, no seu objetivo de dar ao País uma nova oportunidade para começar vida nova. Daqui, com efeito, olhamos para um Brasil maior. Já nos sentimos ligados, tanto ao Sul quanto ao Norte. Vemos, não mui distante as estradas asfaltadas, ligando todas as nossas Capitais de Estado a esse centro administrativo. Esse centro será para sempre o nosso verdadeiro traço de união. O equilíbrio do Norte com o Sul, do Leste com o Oeste, há de fazer-se através da nova Capital. Aqui, onde estamos, nesta terra que não é de ninguém mas é de todos, há de instalar-se uma verdadeira fábrica de trabalho, que impulsionará esta Nação incessantemente, em todos os ramos da atividade brasileira. Nesta fábrica há de construir-se os novos rumos do progresso nacional, rumos já traçados pelo eminente Presidente Juscelino Kubitschek, quer para nosso desenvolvimento moral, quer para nosso desenvolvimento material. Estão eles contidos nas suas metas e precisam ser seguidos pelo seu sucessor vitorioso nas eleições que se aproximam.

O Brasil, como já se disse muitas vezes, não pode parar. O Brasil já não é mais um País subdesenvolvido mas está lutando bravamente com todas as suas forças para equiparar-se às maiores Nações do globo.

Sr. Presidente, essa oportunidade não-la deu, agora, o atual Governo que, com dinamismo fora do comum com trabalho contínuo, decidido e enérgico, proporcionou ao Brasil oportunidade de mostrar o vigor do trabalho material e moral do povo brasileiro. Eis aqui o exemplo dessa decisão. Em Brasília está a demonstração de que o brasileiro, quando bem conduzido, pode realizar até milagres.

É por isso que, com o coração cheio de humildade, em nome do povo goiano, agradeço a todos os Estados

da Federação, o apoio decidido e decisivo dos seus representantes ao Presidente Juscelino Kubitschek com o que lhe deram oportunidade de realizar essa maravilhosa obra, que, como disse em minha primeira entrevista a respeito, será de salvação nacional. *(Muito bem, muito bem. Palmas prolongadas)*

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Victorino Freire, como representante do Estado do Maranhão.

O SR. VICTORINO FREIRE:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, cumprindo a Lei que todos nós votamos, aqui viemos, para um grande acontecimento — o da inauguração da nova Capital do Brasil, aonde chegamos cobertos com o pé das longas caminhadas, como afirmou, saudando Epitácio Pessoa, um grande poeta paraibano. Este evento, devemos-lo à vontade, à energia, à determinação e à audácia de Juscelino Kubitschek de Oliveira, que realizou o sonho dos nossos antepassados.

Aqui estamos para exercer os deveres dos mandatos que os povos de várias regiões do País nos confiaram nesta hora de júbilo nacional e de deslumbramento pelas festas da inauguração da nova Capital, que emocionou a todos nós.

Sr. Presidente, Brasília é, hoje, uma realidade nacional e a estrada Belém-Brasília vai dar ao nosso Estado um surto formidável de desenvolvimento econômico. Assim, nesta hora, quero sagrar, na estima e na solidariedade dos maranhenses, que represento com os meus companheiros, nesta Casa, o Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Quero, também, reafirmar, aqui e nesta hora, as providências que tomei, para que fosse dado um mínimo de conforto aos Srs. Senadores que ainda se encontravam no Rio e que, comigo, viajaram para a inauguração da nova Capital. O eminente Senador Cunha Mello nos comunicara, na véspera da viagem, que nossos apartamentos ainda estavam despidos de qualquer mobiliário. Então fizemos rápida reunião no Senado com vários Senadores e deram-me a incumbência de tomar, junto às autoridades, as medidas necessárias a que, aqui chegando, não ficassemos com nossas famílias ao relento. Comuniquei o fato, duas vezes, ao Ministro da Justiça e ao Presidente da República, através do Ministro Sette Câmara e, depois, pessoalmente reiterei a S. Exa. estas necessidades. Honra seja feita a S. Exa. pois, graças a seu empenho, tivemos o mínimo para instalar nossas famílias. Este sacrifício não foi em vão, pois a falta de conforto foi sobejamente compensada pelo grande acontecimento que todos presenciamos com emoção.

Quero, Sr. Presidente fazer uma referência especial ao eminente Senador Cunha Mello, pela lealdade e nobreza das informações que prestou e pelas providências que tomou para atender aos Senadores. Também merece citação particular esse incomensurável funcionário, o Dr. Isaac Brown, que se desvelou dias a fio, para que fôssemos assistidos convenientemente. Cabe ainda, Sr. Presidente, uma exaltação ao funcionalismo do Senado, sem favor e com justiça, o melhor do mundo, pois até os Chefes de Serviço subiam, de noite, sem luz e elevador, as escadas dos edifícios de apartamentos para levar móveis, cadeiras, camas e colchões necessários à instalação dos Senadores *(Palmas)*.

A estes, Sr. Presidente, eu, que fui membro da Mesa e com eles convivi dois anos; a estes, chefiados pelo nobre Senador Cunha Mello e Dr.

Isaac Brown, a gratidão eterna dos Senadores da República.

Com estas palavras, Sr. Presidente, congratulo-me com o Senado Federal e com a Nação, pela inauguração de Brasília, também em nome do meu Estado, que vibra porque a Belém-Brasília permitirá ao Maranhão novo surto de desenvolvimento econômico. *(Muito bem; muito bem! Palmas prolongadas. O orador é vivamente cumprimentado)*.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Lima Teixeira, como representante do Estado da Bahia.

O SR. LIMA TEIXEIRA:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, com incontinente emoção ocupo esta tribuna para, como representante da Bahia, primeira sede do Governo, e em seu nome, trazer a saudação dos baianos à nova Capital do Brasil.

Neste ensejo, desejo ver consignado nos Anais desta Casa o acontecimento que conduz à crença, a fé e à confiança nos destinos de nossa Pátria, pela colaboração do operariado, dos humildes que partiram dos vários rincões do Brasil para emprestar sua ajuda à construção de Brasília, neste Planalto, que representa, indiscutivelmente, o mais alto sentido de integração nacional.

Por outro lado, Sr. Presidente, não deixaria de traduzir nesta oportunidade sentimento que não é apenas meu, mas de todo o povo brasileiro, o qual nasceu em 1935, na campanha terrível, à frente da qual se achava um homem arrojado, decidido e disposto, que, embora sem cobertura militar, mas com fé na Constituição, marchou num apelo ao povo, para disputar a curul presidencial, e o fez de tal modo, com tanta convicção e confiança nos destinos da Pátria, que antecipou seu programa. Conseguiu ele agora alvo quase inacreditável; ver cumprido, neste instante, dispositivo constitucional que vem desde 1931, o que fazia parte de suas metas. Falo do arrojado e desmiolado Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, que nos proporcionou o espetáculo da instalação do Congresso Nacional no Planalto Central, decorridos menos de quatro anos do início de sua Administração. Esse acontecimento extasia não ao Brasil somente, mas ao mundo civilizado.

Sr. Presidente, também quero consignar nos Anais do Congresso Nacional a colaboração não somente desses anônimos operários construtores de Brasília, nesta região desconhecida "candangos", mas a prestada pela Imprensa, que, diga-se de passagem, não se opôs a que a nova Capital aqui viesse a instalar-se. Quero apresentar-lhe, neste instante, autorizado pelo nobre Líder da Maioria, o apreço do Senado da República pela corajosa manifestação pela decisão e, muitas vezes, a abnegação de transferir-se também, com os membros desta Casa, para o Planalto Central, o qual não será por muito tempo, apenas sere de uma simples Capital, mas o centro da civilização brasileira.

Reconhecemos, por outro lado, que, no seio do Congresso Nacional, houve divergências, mas, em sua consciência, nenhum representante nas duas Casas do Parlamento era contrário à mudança, qualquer que fosse sua organização partidária. Presenciamos discussões quanto à data de mudança, mas nunca quanto à necessidade de transferir-se a Capital.

Sr. Presidente, encerrar as minhas considerações, quero ressaltar também a dedicação dos funcionários da Casa, que não mediram horas de trabalho, mesmo com sacrifícios, para ajudar a transferência da Capital e possibilitar a instalação a que assist-

Simos, acontecimento histórico que figurará em primeira linha dos Anais do Congresso Nacional. Assim, pois, com a autorização do eminente Líder da Maioria, aqui deixo nossos aplausos à Imprensa brasileira e aos funcionários que tudo deram para que assistissemos a esse acontecimento notável da vida nacional. Esperemos que Brasília seja o traço marcante do mais avantajado passo dado pela nossa Pátria, tendo à frente a figura eminente do Presidente Juscelino Kubitschek. *(Muito bem! Muito bem! Palmas)*.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Lima Guimarães, como representante do Estado de Minas Gerais.

O SR. LIMA GUIMARÃES:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, quem pode compreender a profunda emoção de um mineiro, ao presenciar o magnífico espetáculo da instalação do Governo Federal na cidade de Brasília? É isso porque, entre os magníficos e gigantescos sonhos de Tiradentes, o mártir primeiro das nossas liberdades, o sacrificado de Minas em favor da Pátria, estava incluído o de realizar a interiorização da Capital do País.

Partiu de Minas o primeiro sonho: passaram-se os anos. Foi ainda a um mineiro que coube realizá-lo. Não foi; todavia, sem sacrifícios, mas graças à sua coragem, à sua audácia, ao verdadeiro atrevimento, que esta obra pôde ser concluída, em obediência ao atrevido "slogan" de cinquenta anos de realizações em cinco anos de govêrno.

Ai está Brasília, desconcertando aqueles que nela não acreditavam, os incrédulos e os adversários, verdadeiros inimigos da Pátria, porque não sabiam compreender que a interiorização da Capital significava um passo gigantesco para o desenvolvimento econômico do País.

Coube a esse nobre mineiro, a esse atrevido Juscelino Kubitschek de Oliveira a honra, a glória e a decisão de realizar Brasília, ao lado de outros serviços magníficos e cíclopicos que já pode prestar ao País. Competiu a outro mineiro, dos mais ilustres também, o engenheiro Israel Pinheiro, a construção dessa obra monumental.

Eis por que, Srs. Senadores, nós os mineiros estamos tão orgulhosos e envidescidos. É legítima nossa ufania, por ter sido esta obra gigantesca sonhada, imaginada e realizada pelos mineiros. Dai meu orgulho e minha vaidade de, nessa hora, representando meu Estado, colher as expressões de entusiasmo que não se podem conter.

Por isso, Senhores Senadores, trago a palavra de solidariedade de Minas a palavra de solidariedade e esperança de Minas Gerais, neste momento de alto relevo histórico para a nossa Pátria, para com a nova Capital do País. *(Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas)*.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Coimbra Bueno, como representante do Estado de Goiás.

O SR. COIMBRA BUENO:

Senhores Senadores: — Quando os descobridores, aqui apertados, descobriam que este continente não era uma ilha, devem ter sentido em seu peito uma vontade indômita de desvendar o seu interior; era a primeira semente da "Marcha para Oeste" — isto é, da marcha do litoral do Atlântico para o do Pacífico; no subconsciente destes pioneiros deve ter-se esboçado a idéia de que para a ocupação efetiva de tanta terra —

necessário se tornaria — construir uma sede em seu interior.

Da mesma forma que os desbravadores e mais tarde a sua expressão máxima; os Bandeirantes, esbarraram com cordilheiras intransponíveis, com os Andes, em sua busca de outros mares, os colonizadores, esbarraram com a serra do Mar — na sua penetração econômica.

Os séculos e anos seguintes, até 1960, registram o desdobramento da civilização praticamente só ao longo de estreita faixa encravada entre o Atlântico e a Serra do Mar; e foi esta mesma civilização linear que impôs o deslocamento da sua capital litorânea, da Bahia para o Rio de Janeiro.

— As primeiras manifestações em prol da interiorização da Capital começaram a despontar entre os próprios desbravadores: os bandeirantes e seus seguidores; pouco a pouco foram se avolumando até culminarem com as duas arrancadas de 1892, e de 1939 que terminaram em 1960 com Brasília, no Planalto Central do Brasil. Falando em Goiás e Brasília, — é de justiça personificar-se os bandeirantes na pessoa de Bartolomeu Bueno, — o Anhanguera descobridor e desbravador dessa Província. Como disse, no fim do século passado, a primeira metade do atual, tivemos duas grandes arrancadas em prol da interiorização da Capital Federal: a primeira de 1892 que durou uns quatro anos e a segunda iniciada em 1939, e que completa agora 21 anos.

A primeira arrancada caracterizou-se pelos estudos, pregação e preparo da Mudança da Capital, destacando-se Luiz Cruls, e a 1ª Comissão de Estudos e Exploração do Planalto Central.

A segunda arrancada durou 21 anos e teve dois períodos bem distintos: os primeiros 17 anos se caracterizaram, somente pela continuidade dos estudos, pregação e preparo da Mudança, iniciados em 1892 e os restantes e decisivos 4 anos se caracterizaram, principalmente pelo projeto e imediata execução da nova cidade; foram 4 anos empolgantes, quase alucinantes, que levaram o mundo inteiro a pensar no Brasil de Brasília. Nos primeiros 17 anos da 2ª arrancada a iniciativa tocou principalmente à "Fundação Coimbra Bueno pela Nova Capital do Brasil" — e durante estes anos atuaram com destaque as 2ª e 3ª Comissões Federais de Estudo e Localização, respectivamente de 1946 e 1953; — nestes restantes quatro anos assistimos ao surgimento de Brasília, sob o comando direto e pessoal do próprio Presidente da República — que avocou o assunto a si e realizou a inconcebível proeza em tão curto prazo.

Nós, os voluntários de Brasília, para estudos, pregação e preparo da Interiorização da Capital, pensamos sempre em grupar os homens em torno de ideais, para a sua execução; mas ouvimos de um dos responsáveis pela obra que a fórmula teria de ser outra: grupar os homens em torno de interesses. Não ficamos, porém, com qualquer das alternativas. Devemos conciliar os ideais com interesses legítimos para que a obra continue marchando em termos de completa integração do território nacional, a fim de cumprir o altíssimo destino a que está reservada, de fazer do Brasil uma das Nações vanguardistas dos tempos modernos.

Nós, os voluntários da mudança da Capital, passamos ontem um dos dias mais tranquilos e felizes da nossa existência; acima das pequenezas da vida, nosso pensamento fixou-se, durante todo o dia, em Cristo e, por isso, todos nós aplaudimos o futuro do Brasil. Personifiquei, há poucos momentos, no grande bandeirante Bartolomeu Bueno, no bandeirante

pioneiros que cumpriram a arrancada gloriosa do desbravamento desse território, do desbravamento da terra goiana.

Da mesma forma, é altamente dignificante, personificar, contemporaneamente o comandante supremo do campo de batalha de Brasília, que conduziu nesta cruzada todo o novo brasileiro, — com a inextinguível audácia, fé e determinação dos iluminados na pessoa do atual Presidente da República, Senhor Juscelino Kubitschek de Oliveira, que conquistou para sempre a gratidão dos goianos e brasileiros.

Antes de encerrar minhas palavras, porém, uma homenagem toda especial ao povo de Goiás, que acaba de ceder à União nada menos do que 5.750 quilômetros quadrados de sua terra sagrada. Ao povo carioca, a Cidade Maravilhosa — nossos votos, para que continue sendo a capital intelectual do coração dos brasileiros.

Ultimando minhas palavras, quero proferir um viva ao Brasil, de Brasília. *(Muito bem! Palmas)*.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Saulo Ramos, como representante do Estado de Santa Catarina.

O SR. SAULO RAMOS:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Nação, nestes últimos dias, consagrou e exultou, festiva e vibrantemente, o fato épico da construção de Brasília, sua nova Capital, que, desde ontem, 21 de abril, é sede do coração e do pulso da nacionalidade. Sonho dos Inconfidentes, determinação dos constituintes de 1891, passou a ser, também, a aspiração da nacionalidade, transformada em realidade pela capacidade administrativa e dinâmica do já imortal Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

A construção de Brasília dignifica e consagra o vigor de uma raça e projeta esta Nação no tempo e no espaço, em busca de sua verdadeira potencialização e de nova realidade administrativa.

Minha presença nesta tribuna, Sr. Presidente e Srs. Senadores, visa unicamente a fazer pequeno reparo quanto ao restabelecimento da verdade histórica. Consigna o "Programa das Solenidades de Instalação do Governo Federal em Brasília", elaborado pela Comissão de Mudança da Nova Capital e largamente difundido não só em nossa Pátria como no exterior, que Lauro Müller, parlamentar eleito pelo Paraná, é autor da Emenda Constitucional, que adotava medidas para a mudança da Capital para o interior do Brasil. Lauro Müller é ilustre filho do meu Estado, natural da cidade de Itajaí.

O "Pequeno Histórico" do Programa a que me referi diz o seguinte:

"A idéia de transferência da Capital do País para o interior remonta aos tempos coloniais. Em 1789, os heróis da Inconfidência Mineira previram a necessidade de se estabelecer o futuro governo independente em uma província do interior. Hipólito da Costa, nas páginas históricas do "Correio Braziliense", afirmava, em 1813, não reunir o Rio de Janeiro nenhuma das qualidades necessárias a uma Capital do Brasil, sustentando a tese da sua mudança. Entretanto, o mais ardoroso adepto da transferência da Capital foi José Bonifácio Lafayette de Andrada. Em 1823, defendia ele na Constituinte a necessidade de se erigir no interior do Brasil uma cidade "para assento da Corte, da Assembléia e dos Tribunais Superiores". A

mesma idéia aflorou quando da "Confederação do Equador", em 1824. O Marquês de Paranaguá, ardoroso defensor da transferência, esposou em 1853 a sugestão da mudança da Capital para o interior, nos limites da Bahia com Minas Gerais. Todavia, somente com o advento da República a idéia da transferência iria constituir objeto de matéria legal. O Deputado Lauro Müller, eleito pelo Estado do Paraná, apresentava na sessão de 20 de dezembro de 1890 emenda visando a adoção de medidas para a mudança da Capital. Dessa emenda resultou o texto expresso pelo art. 3.º da Constituição de 1891: "Fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14.500 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital Federal."

Parágrafo único. Efetuada a mudança da Capital, o atual Distrito Federal passará a constituir um Estado."

Os constituintes de 1934 e 1946 também fizeram da transferência da Capital Federal matéria constitucional. (Art. 4º do Ato das Disposições Transitórias).

Sr. Presidente, esse pequeno lapso da Comissão responsável pela mudança da Capital justifica-se, até certo ponto, porque os Estados do Paraná e de Santa Catarina, desde os tempos do Brasil Colônia, do Brasil Império e do Brasil República, têm vivido irmanados, sob todos os prismas, quer administrativa, social, política ou economicamente, porque essas duas Unidades da Federação formam verdadeira e única região geo-econômica.

O Sr. Alô Guimarães — Permite V. Excia. um aparte?

O SR. SAULO RAMOS — Pois não!

O Sr. Alô Guimarães — O Paraná orgulha-se de sempre ter alimido, num clima de notável compreensão com Santa Catarina, os problemas mais graves dos nossos dois Estados.

O pequeno lapso apontado por V. Exa. deve, realmente, ser corrigido. Lauro Müller foi Deputado e exerceu várias atividades na vida pública brasileira, sempre como representante do Estado de Santa Catarina, onde é nome da velha estirpe, a quem reverenciamos com a saudade e a admiração merecidas pelos grandes vultos da História.

Poderíamos dizer a V. Exa., porém, que o Paraná se orgulharia de ter um filho dessa compostura moral e dessa integridade cívica e intelectual. O ilustre brasileiro Lauro Müller, porém, é representante da tradicional política de Santa Catarina e não do Paraná.

O SR. SAULO RAMOS —

Agradeço o honroso aparte de V. Exa., que encerra depoimento a respeito da origem de Lauro Müller e que tem palavras dedicadas a meu Estado. Vivemos irmanadamente, nobre Senador, e aquele grande brasileiro poderia representar, neste instante, o Estado do Paraná ou o de Santa Catarina. Como catarinense, porém, eu não poderia deixar de vir à tribuna, neste instante, para prestar minha homenagem a esse grande vulto da República, a esse grande homem que ocupou todas as posições políticas de meu Estado, desde Conselheiro Municipal até Deputado Estadual, tornando-se, depois, Deputado Federal, Senador e Ministro de Estado.

Sr. Presidente, o senão de Lauro Müller torna-se realidade somente em 1960, quando Brasília é a nova Capital, e o antigo Distrito Federal passa a constituir o Estado da Guanabara.

Feita essa retificação, saúdo, em nome de Santa Catarina, o povo bra-

leiro e o Presidente Juscelino Kubitschek, pela mudança da Capital da República, prestando também minha homenagem ao grande estadista cariense Lauro Müller, neste momento histórico em que se instala o Congresso Nacional na nova Capital do País. (Muito bem! Muito bem! Palmas).

O SR. PRESIDENTE:
O nobre Senador Fausto Cabral enviou à Mesa discurso para ser publicado de acordo com o disposto no art. 201, § 2.º, do Regimento Interno.

S. Exa. será atendido.

E' o seguinte o discurso do Sr. Fausto Cabral:

Senhor Presidente

Senhores Senadores
E' este um momento único, o momento maior de nossa história, porque Brasília nasce, politicamente, neste momento, e Brasília vem responder aos apelos profundos da Pátria que quer ser uma e soberana.

Nesta hora grande, sinto, vinda das profundezas do tempo, as vozes fortes, as vozes quentes, as vozes libertadoras, as vozes proféticas e eternas dos bandeirantes, ecoando nas matas, cantando nas correntes dos rios, multiplicando-se, vibrantes, pelos espaços e impondo, pelos quatro cantos do continente, os contornos definitivos do nosso território.

Como que vêm da terra, estas vozes, vozes de homens fortes, cujos passos, batendo terras virgens, ainda ressoam, majestosos, aos nossos ouvidos, marcando os rumos da jornada da nação em busca de si própria.

Minuto formidável, este, denso, pie-no de acentos, que nos congrega, que nos impõe uma tomada de consciência, que nos volta às nossas raízes, que nos dá a tônica de nosso destino, porque assinala o encontro da nação consigo mesma.

Raposo Tavares, Fernão Dias, Anhangüera, todos aqueles magníficos capitães do mato, valentes e sonhadores, que primeiro possuíram a terra bravia mas generosa, responderam — "presente", ao chamamento da pátria, estão hoje aqui, eu os vejo, senhores, em cada um de nós, eu os sinto em cada um de nós, em todos nós, que vivemos este transe estupefac-to de nossa vida política.

Brasília, esse evento extraordinário, surge em tons carismáticos, abala a história pátria, rasgando-lhe os horizontes, que se abrem, agora, para um futuro de luz, um futuro de vanguarda, que ninguém deterá.

Sim, um milagre se comprova, neste instante, que hoje o passado se faz presente e anuncia o futuro, o capitão do mato veio dos fundos dos séculos, está aqui, no coração, no espírito e na vontade de cada um de nós, e cada um de nós, em estado de graça cívica, está sentindo o Brasil de ontem, está vendo o Brasil de hoje, está adivinhando o Brasil de amanhã, o Brasil que Brasília antecipa como potência do porvir.

Não são os palácios que vemos, Brasília não é isso, Brasília transcende de suas realizações materiais, Brasília vele pelo que significa, como expressão e como símbolo, expressão superior de um povo que se encontra e se afirma — símbolo de uma era nova, grandiosa, de luta, de dores, mas de triunfos e glórias.

Senhor Presidente

Meus Senhores

Filho do Ceará, talvez o mais brasileiro dos Estados brasileiros, por isso mesmo eu me sinto, hoje, um desses homens privilegiados, ungidos por fé estranha e possuído de estranha inspiração, que conseguiram captar, em toda a sua extensão e profundidade, o autêntico sentido de brasilidade que assinala a inauguração da nova metrópole de nossa terra.

E como brasileiro e cearense, eu não poderia deixar, neste instante

impar, de trazer a minha palavra de compreensão, respeito, admiração e solidariedade ao eminente Dr. Juscelino Kubitschek, o operário magnífico dessa arquitetura monumental e que tão sensível se tem mostrado, também, às necessidades de meu Estado e aos anseios do povo cearense.

Brasília, a obra de Juscelino Kubitschek, é uma obra-prima do homem brasileiro, cujas virtudes políticas máximas o Presidente sintetizou, quando, com determinação indomável, cumprindo dispositivo constitucional, levou a termo, em tempo recorde, a construção desta maravilhosa cidade.

Senhores:

Presencianço acontecimento assim extraordinário, que só surge de século em século, nós, brasileiros, fiéis às nossas raízes e tradições, devemos, com convicção e com fé, pedir a Deus que abençoe Brasília, fazendo desta cidade que nasce a semente de onde surja um Brasil novo, que seja a grande potência do futuro.

Brasília, 21-4-60. — Fausto Cabral.

O SR. PRESIDENTE:

O nobre Senador Sr. Ovídio Teixeira enviou à Mesa discurso para ser publicado de acordo com o disposto no § 2.º, do art. 201, do Regimento Interno.

Sua Excelência será atendido.

E' o seguinte o discurso do Sr. Ovídio Teixeira:

"Senhor, Presidente.

Senhores Senadores.

Neste momento memorável para o nosso País, ouso, dentre as figuras mais eminentes do Brasil que compõem esta augusta Casa, levantar a minha humilde voz para transmitir calorosa mensagem congratulatória ao insigne Governador de meu Estado, General Juracy Magalhães, ao povo baiano e em particular aos caetiteses, aquela gente amiga do meu torrão natal, pelo significado deste empreendimento, que muito honra o Governo do Exmo. Sr. Dr. Juscelino Kubitschek, D.D. Presidente da República.

A data de hoje passa a assinalar um feito de consequências imprevisíveis para a Nação brasileira.

O acontecimento histórico que ora se festeja, nos seus reflexos, não encontra fronteiras no imenso território nacional. Sua repercussão, mais do que em 1763, quando se deu a transferência da sede do Governo Central da Bahia para a cidade do Rio de Janeiro, e mesmo do que a mudança da Capital dos Estados Unidos da América do Norte, alcança os mais longínquos países do mundo, como que a mostrar o valor e a capacidade de nosso povo.

A muitos podem parecer de resultados nulos ou pouco produtivos os dispêndios e os esforços com a construção desta Capital.

Antevejo, no entanto, Sr. Presidente dias melhores para a minha terra, progresso mais promissor para a Bahia, principalmente para os centros próximos desta cidade e os que margeiam as estradas abertas em consequência da edificação de Brasília.

Entre esses centros está a terra que me serviu de berço — Caetité — localizada no traçado da estrada que ligará Brasília a Baraú, porto marítimo que servirá de via tanto de abastecimento desta Capital como ainda de escoadouro de muitos produtos brasileiros.

Senhor Presidente, é porque assim penso que — desço saudar, nesta ocasião tão marcante para a história do Brasil, o Governador Juracy Magalhães, os baianos e, de modo especial, os meus conterrâneos caetiteses, felicitando-os por este fato auspicioso, que nos acena com um futuro de prosperidade e de grandeza, com um porvir de glória.

Deixam de comparecer os Senhores Senadores:

Vivaldo Lima — Zacarias de Assumpção — Sergio Marinho — Ruy Palmeira — Lourival Fontes — Otávio Mangabeira — Jefferson de Aguiar — Caiado de Castro — Gilberto Marinho — Afonso Arinos — Benedito Valdares — Milton Campos — Padre Calazans — Pedro Ludovico — João Villasbôas — Nelson Maculan — Francisco Galloiti — Irineu Bornhausen — Daniel Krieger — Mem de Sá — Guido Mondim.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa projeto de lei, de autoria do Sr. Atilio Vivacqua e outros Srs. Senadores, que vai ser lido.

O projeto está apoiado pelo número de assinaturas que contém.

E' lido e vai às Comissões de Constituição e Justiça, de Transportes, Comunicações e Obras Públicas e de Finanças, o seguinte:

Projeto de Lei do Senado nº 20, de 1960

Institui a cooperação entre a União, as Unidades Federativas, os Municípios, Autarquias e entidades particulares para solução dos problemas urbanísticos e habitacionais, cria o Fundo de Habitação e o Conselho Nacional de Urbanismo e Habitação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º A União organizará e executará com a cooperação das Unidades Federativas, dos Municípios, da Fundação da Casa Popular e de outras autarquias, das sociedades de economia mista e entidades particulares, plano de urbanização e de construção de parques proletários, de aquisição e edificação da casa própria e do respectivo terreno, bem como de vivendas populares para locação.

§ 1.º Para os fins do art. 1.º serão adotadas ao lado das providências previstas nesta lei ou em outros diplomas legais, as seguintes:

a) financiamento a prazo até 30 (trinta) anos, mediante juros anuais não superiores a 8% (oito por cento) e amortizações módicas proporcionais aos rendimentos;

b) a proteção da família e da população contra os efeitos das habitações deficientes e insalubres;

c) a organização e execução de um plano de extinção progressiva das favelas e mocambos;

d) incentivo e auxílio para organização de cooperativas;

e) a criação e subvenção de sistemas de transportes coletivos com tarifas especiais, destinados a servir os moradores residentes em localidades afastadas de seus setores de trabalho;

f) adoção de providências de estímulo e de financiamento à indústria de material de construção civil e a esta, visando ao barateamento das edificações de que cogita o art. 1.º;

g) promoção de acordos com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios na esfera das respectivas competências constitucionais, objetivando, com relação à casa própria e à vivenda popular, a decretação de lei e medidas administrativas de redução ou isenção de impostos de transmissão causa mortis e inter-vivos, e de impostos prediais e territoriais, bem como a simplificação de formalidades administrativas para aprovação de projetos e concessão de habite-se.

§ 2.º O Regulamento definirá o conceito de casa própria e de vivenda popular, tendo em vista o valor de uma e de outra, sua finalidade social de atender às necessidades das classes menos favorecidas, e quanto à casa própria, considerará sua destinação à residência da família do proprietário, de seu cônjuge, ascendentes e descendentes até o terceiro grau civil, e de pessoas cuja guarda ou manutenção lhe incumba.

§ 3.º No cálculo do valor da casa própria e da vivenda popular para o efeito do § 2.º tomar-se-á por base o total de duzentos salários mínimos da região. Esse total deverá ser revisito quinzenalmente, mediante audiência do Conselho Nacional de Economia e dos órgãos encarregados do estudo e determinação do salário mínimo.

Art. 2.º Fica instituído o Fundo Nacional de Habitação destinado a atender nas zonas urbanas e rurais às finalidades enunciadas no art. 1.º, o qual será formado:

a) por uma contribuição da União constituída por uma cota mínima de 50% (cinquenta por cento) da arrecadação anual dos impostos de renda cobrados sobre lucros imobiliários e rendimentos de locação predial;

b) por contribuição dos Estados e dos Municípios na forma de sua legislação;

c) por outras fontes legais inclusive dotações orçamentárias específicas.

Art. 3.º A administração do Fundo de Habitação incumbe ao Departamento Nacional de Urbanismo e Habitação, com assistência consultiva do Conselho a que se refere o art. 5.º.

Parágrafo único. O Regulamento estabelecerá a forma de representação dos Estados e Municípios no Fundo Nacional de Habitação, quando para ele contribuírem.

Art. 4.º É criado o Departamento Nacional de Urbanismo e Habitação diretamente subordinado à Presidência da República, ao qual compete, além de outras atribuições decorrentes desta lei:

a) exercer as funções de órgão de coordenação e colaboração para os fins do art. 1.º, entre a União e as entidades aludidas no mesmo artigo;

b) proceder a estudos e pesquisas sobre os problemas de urbanismo e habitação, organizar os respectivos planos e projetos; bem como sobre a indústria de construção;

c) estudar e classificar os tipos de habitações e vivendas populares;

d) sugerir e adotar providências para incentivar e amparar a iniciativa particular;

e) administrar o Fundo Nacional de Habitação;

f) manter relações e intercâmbio com as entidades internacionais incumbidas de assuntos relativos ao objeto desta lei;

g) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas em regulamento.

Art. 5.º É criado o Conselho Nacional de Urbanismo e Habitação, com a função de órgão Consultivo, composto dos seguintes membros: 1 representante do Ministério da Viação e Obras Públicas; 1 representante do Ministério da Educação e Cultura; 1 representante do Ministério da Saúde; 1 representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; 1 representante da Federação de Associações de Engenheiros; 1 representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil; 1 representante das entidades superiores representativas de senhores; 1 representante das entidades superiores da Fundação da Casa Popular; 1 representante da Associação Brasileira de Municípios.

Art. 6.º O Regimento Interno do Conselho Nacional de Urbanismo e Habitação regulará a designação de Assistentes dos Estados e Municípios junto ao mesmo Conselho.

Art. 7.º Os órgãos e serviços de que trata esta lei ficam vinculados à jurisdição do Ministério da Viação e Obras Públicas, em articulação com os Ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio e da Saúde.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Os problemas de urbanismo, de arquitetura e de habitação popular, tornam-se cada vez mais graves e de urgente solução em nosso País.

A construção de Brasília revelou a nossa capacidade completa para a solução desses problemas. Mas, se edificamos a cidade que é o mais moderno e maravilhoso monumento urbanístico e arquitetônico do nosso tempo, os povoados, as vilas e mesmo as cidades surgem, sobretudo, nas regiões pioneiras, sem qualquer planejamento.

Dai a necessidade da criação do órgão que o projeto estabelece, que é o Conselho Nacional de Urbanismo e Habitação.

Por outro lado, enquanto erguemos esse prodigioso monumento urbanístico e arquitetônico, com seus palácios e confortáveis residências, milhões de brasileiros vivem nos campos e nas cidades, em casebres e ranchos, favelas e mucambos, e o "candango" que se sacrificou na edificação de Brasília, continua esquecido, sem ter casa.

No esplendor de Brasília o Congresso Nacional deve meditar sobre o dever e a responsabilidade de cumprir este lema: "Um teto para cada família brasileira".

Sala das Sessões, 22 de abril de 1960. — Atílio Vivacqua — Jorge Maynard — Arlindo Rodrigues — Leônidas Mello — Miguel Couto — Ruy Carneiro — Lima Teixeira — Paulo Fernandes — Reginaldo Fernandes — Joaquim Parente.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

Lido e, sem debate, aprovado, sob salva de palmas, o seguinte requerimento:

Requerimento nº 315, de 1960

Requeremos a inserção em Ata de um voto de alto louvor ao Senhor Senador Cunha Mello, 1º Secretário do Senado Federal, pelo eficiente desempenho que deu às funções que lhe estavam atribuídas quanto à mudança do Senado Federal para Brasília e à forma rigorosa por que executou os seus deveres, tanto em referência aos Senadores e Funcionários, quanto nas relações mantidas com os Grupos de Trabalho de Mudança dos demais Poderes.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1960. — Auro Moura Andrade — Argemiro de Figueiredo — Heribaldo Vieira — Atílio Vivacqua — Novaes Filho — Jorge Maynard.

O SR. CUNHA MELLO:

(Em explicação pessoal) — (Não revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, não de compreender V. Exas. meu estado de espírito, agravado pelas emoções de Brasília, que acaba de transformar-se na Capital dos Estados Unidos do Brasil, sendo realizado, assim, pelo Presidente Juscelino Kubitschek o sonho de quatro gerações.

Recebo a homenagem que o Senado Federal acaba de prestar-me como o maior laurel de minha vida pública. E como já a recolho a meu patrimônio de cidadão brasileiro.

Pego aos nobres Senadores que me distinguiram com este louvor permitam que eu o reparta, por igual, com meus companheiros de Mesa (palmas), que eu o estenda ao funcionalismo do Senado, representado especialmente na pessoa do Dr. Isaac Brown (palmas), eficientemente auxiliado pelos funcionários Luiz dos Santos Andrade, Odenegus Gonçalves Leite, Nerlone Nunes Cardoso, não citando mais nomes para evitar omissões, com o que cometeria injustiças imperdoáveis.

Permitam os Srs. Senadores que lhes agradeço a homenagem, dividindo os louvores com que me distinguiram com todos os nobres colegas e dedicados funcionários que me prestigiaram e que tanto contribuíram para o êxito da minha modesta atuação.

Com estas palavras, que não quero

alongar, arrancadas do coração, agradeço comovidamente esta homenagem. (Muito bem! Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa requerimentos que vão ser lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São sucessivamente lidos e aprovados, sob salva de palmas, os seguintes Requerimentos:

Requerimento nº 316, de 1960

Requeremos um voto de expressivo louvor ao Dr. Isaac Brown pela incansável atividade e extraordinária capacidade de trabalho, que, mais uma vez, revelou ao executar os encargos recebidos do Senado Federal para a sua transferência para Brasília, aos quais deu desempenho excepcional, mesmo com sacrifício da saúde e de suas horas de repouso.

Confirmou, assim, o Dr. Isaac Brown, o seu alto espírito público, suas admiradas virtudes patrióticas e a sua comovente dedicação a esta Casa.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1960. — Auro Moura Andrade — Argemiro de Figueiredo — Heribaldo Vieira — Novaes Filho — Atílio Vivacqua — Jorge Maynard.

Requerimento nº 317, de 1960

Requeremos seja inserto em Ata um voto de expressivo louvor ao Dr. Evandro Mendes Viana, pela maneira como soube desincumbir-se dos deveres que lhe foram atribuídos na Comissão de Planejamento e Execução das solenidades de instalação do Governo Federal em Brasília.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1960. — Auro Moura Andrade — Argemiro de Figueiredo — Heribaldo Vieira — Atílio Vivacqua — Novaes Filho — Jorge Maynard.

Requerimento nº 318, de 1960

Requeremos seja inserto em Ata um voto de expressivo louvor aos Senhores Dr. Luiz Monteiro, Mécio de Andrade, Odenegus Gonçalves Leite, Aurea de Barros Rego, Glória Ferriandina Quintela, Clarice Sobral Ribeiro Gonçalves, Mauro Cunha Campos de Moraes e Castro, Nerlone Nunes Cardoso, Mário Marques da Costa, Hélio Carvalho da Silva, Ariele Bretas do Nascimento, Gilda Leal Costa, Orlando Sá Cavalcanti, Mário Martins, José Celestino Pessoa e Felipe Gomes, que participaram diretamente do Grupo de Trabalho de Mudança do Senado Federal ou exerceram atividades a ele estreitamente ligadas.

Por outro lado, ficam os Senhores Diretores autorizados a mandar copiar nas fichas funcionais do estes funcionários, aqui não expressamente referidos, um voto de expressivo louvor por ótimos serviços prestados, a todos quantos participaram, ainda que sem incumbências específicas ou pre-determinadas, dos trabalhos de mudança do Senado Federal para Brasília.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1960. — Auro Moura Andrade — Argemiro de Figueiredo — Atílio Vivacqua — Novaes Filho — Jorge Maynard — Heribaldo Vieira.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte:

Requerimento nº 319, de 1960

Atendendo a que a necessidade de ultimar vários projetos de lei, de maior relevância e urgência, reteve o

Senado em funcionamento no Rio de Janeiro, até as vésperas da inauguração da nova Capital da República; atendendo a que o funcionamento de uma Casa legislativa exige o de seus serviços auxiliares;

atendendo a que não foi possível, pelo motivo citado, completar-se a mudança do equipamento do Senado para Brasília nos dias anteriores a data da sua instalação na nova Capital da República;

atendendo também à necessidade de promover a transferência para Brasília das residências de cerca de trezentos funcionários, e famílias, trabalho que exige método e tranquilidades para que se processe sem sacrifícios e perturbações na vida dos servidores;

requeremos, na forma do art. 212, letra g, do Regimento Interno, que o Senado não realize sessões, salvo convocação da Mesa, de ofício ou a requerimento de, pelo menos, um terço dos Senadores, ou líderes representando esse número, no período de 23 de abril a 31 de maio do ano em curso.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1960. — Auro Moura Andrade — Taciano de Mello — Victorino Freire — Barros Carvalho — Fausto Cabral — Argemiro de Figueiredo — Cunha Mello — Atílio Vivacqua — Novaes Filho — Jorge Maynard — Leônidas Mello — Mathias Olympio — Fernando Corrêa — Sebastião Archer — Miguel Couto — Coimbra Bueno — Ruy Carneiro — Paulo Fernandes — Gaspar Velloso — Alô Guimarães — Lino de Mattos — Lima Guimarães — Heribaldo Vieira — Fernandes Távora — Ovidio Teixeira — Lima Teixeira — Paulo Fender — Arlindo Rodrigues — Saulo Ramos — Lobão da Silveira — Eugênio de Barros — Ary Vianna — Mourão Vieira — Menezes Pimentel — Silvestre Péricles — Jarbas Maranhão — João Arruda — Freitas Cavalcanti — Reginaldo Fernandes — Joaquim Parente.

O SR. PRESIDENTE:

Este requerimento tem a assinatura de quarenta Srs. Senadores.

Em votação.

SR. FREITAS CAVALCANTI — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Freitas Cavalcanti.

O SR. FREITAS CAVALCANTI:

(Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente, o momento histórico do funcionamento da primeira sessão do Senado Federal na nova Capital do País, aliado às excepcionais comemorações da instalação de Brasília, a jovem e extraordinária cidade plantada no coração do Brasil, evidentemente não comportam, pela grandeza de que se revestem os dois atos, uma palavra de descrença, de negação. Julgo, porém, do meu dever, Sr. Presidente, como representante da União Democrática Nacional, proferir rápidas considerações sobre o requerimento que estabelece o recesso nos nossos trabalhos até 31 de maio próximo.

Recordo ao Senado as palavras pronunciadas por grandes vozes da Oposição no Rio de Janeiro, nas últimas e inesquecíveis sessões que o Congresso Nacional realizou na velha Capital, tão gloriosa e tão carregada de história, a respeito da transferência do Poder Legislativo na data fixada em Lei. Queríamos que, ao lado da implantação de uma nova civilização, em uma cidade que já nasce realmente gloriosa, pela sua destinação histórica, o Congresso Nacional participasse, efetivamente, dentro dos quadros da vida da República, com aquela extraordinária

vigor que deve caracterizar a autêntica representação do povo; queríamos que a nossa voz fosse ouvida, neste instante histórico, por toda a Nação, através do Rádio, da Televisão, da Imprensa, assegurando-se ao Poder Legislativo condições mínimas de irradiação e de influência nos quadros da vida constitucional brasileira, inclusive para saudar esta grande obra que é Brasília, realmente grande demais para comportar pequenas críticas. (Palmas)

Sr. Presidente, Srs. Senadores, cabe-me revidar as "advertências" feitas, no Rio de Janeiro, pelos eminentes Líderes João Vildalobos e Daniel Krieger, com relação às dificuldades que encontraríamos nos primeiros dias de funcionamento do Congresso Nacional, pelos motivos que tão vigorosa e lucidamente expendiam.

A aprovação do requerimento ora submetido à consideração do Senado, e também por nos subscrito, comprova, exatamente, aquelas dificuldades proclamadas pela Oposição. A declaração do recesso por mais de trinta dias, precisamente no momento em que se reúne, pela primeira vez, o Senado Federal, confirma a inexistência de condições mínimas essenciais ao funcionamento desta Casa. O Poder Legislativo, ou funciona na sua plenitude, ou deixa de funcionar. O que não é possível é fazê-lo funcionar pela metade.

O Sr. Taciano de Mello — Permita V. Exª um aparte?

O SR. FREITAS CAVALCANTI — Ouço com muita honra o nobre representante de Goiás.

O Sr. Taciano de Mello — Queriamos recordar a V. Exª que as discussões realizadas no Rio de Janeiro prenderam-se, exclusivamente, à data da mudança da Capital. Todos os Senadores concordamos em que haveria estes sofrimentos, aliás considerados no requerimento que aí está, por termos permanecido mais tempo do que devíamos funcionando no Rio de Janeiro. Assim, neste particular, peço a V. Exª que retifique seu pensamento, porque a todos advertimos de que haveria sofrimentos, antes e depois da mudança para cá, sendo necessário, portanto, esse intervalo.

O SR. FREITAS CAVALCANTI — O aparte de V. Exª adquirirá certamente o necessário relevo no texto do meu discurso.

Admita, em princípio, Sr. Presidente, que a declaração do recesso deveria ter sido feita na velha Capital, em vez de realizá-la, aqui, onde poderíamos, imediatamente, prosseguir nos nossos trabalhos, tão próxima está a fase de apreciação do Orçamento da República, a Lei mais importante do País; O que é mais grave é impor-se silêncio, por tanto tempo, a uma das Casas do Poder Legislativo. Não poderia dar-lhe o meu voto, Sr. Presidente, sem ter aqui proferido estas palavras, que consagram, exatamente, nosso pensamento sobre as dificuldades que acarretará a rápida transferência do Poder Legislativo para a nova e magnífica Capital. Desejo que meu pensamento se inscreva nos Anais do Parlamento, ao mesmo tempo em que, antes de deixar a tribuna, alio minha modesta voz para saudar o grande episódio que estamos vivendo, com a implantação de uma nova civilização neste País. (Muito bem; muito bem! Palmas. O orador é vivamente cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o requerimento. Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Palmas)

Está aprovado. Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão.

(Levanta-se a sessão às dez horas e cinquenta e cinco minutos).